



RELATÓRIO E CONTAS

2023

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2023

1. Introdução

O exercício de 2023 é marcado: a) pela transferência do financiamento institucional – Plurianual e Laboratório Associado – dos institutos fundadores, para o i3S; b) pela cessão das posições contratuais dos contratos de trabalho permanentes para o i3S, com exceção dos postos de trabalho ligados à atividade de diagnóstico; c) pelo encerramento, com execução plena, do projeto P.CCC e dos projetos de investigação financiados por agências públicas nacionais.

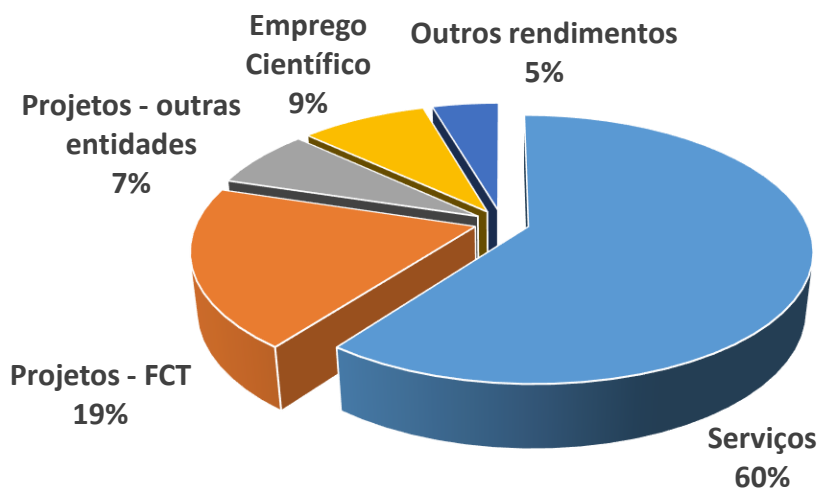
O Balanço a 31 de dezembro de 2023 reflete a diminuição dos valores de Ativo e de Passivo, essencialmente em decorrência do término dos projetos de investigação e recebimento dos valores de reembolso dos pedidos de pagamento apresentados às entidades financiadoras.

A Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2023 evidencia um aumento dos Resultados Líquidos em 841 mil euros, uma vez que o aumento do valor de Prestação de Serviços e de Outros Rendimentos (na parte de Imputação de Subsídios ao Investimento – compras de equipamento para o projeto P.CCC), mais do que compensou a descida dos valores provenientes de Subsídios, Doações e Legados à Exploração (+3.1 milhões de euros contra -1.7 milhões de euros).

2. Receitas

O somatório dos valores:

2.1) do contrato de financiamento para a Unidade de Investigação e para o Laboratório Associado i3S – Financiamento Plurianual e Laboratório Associado; 2.2) da faturação proveniente da prestação de serviços (diagnóstico e investigação contratada); 2.3) dos contratos para a realização de projetos de investigação, divulgação e formação; 2.4) dos contratos-programa celebrados com a FCT no âmbito da Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico; 2.5) de outros rendimentos, tais como rendimentos provenientes de royalties, propinas, quotas, participações em despesas de deslocação e utilização de reagentes e instalações; atingiu, em 2022, **12,3 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



2.1 Financiamento da Unidade de Investigação

Em 2023, os Institutos Fundadores apresentaram um pedido de transferência dos seus orçamentos no âmbito do Financiamento Plurianual e de Laboratório Associado para o i3S, como contrapartida à cessão dos contratos de trabalho dos colaboradores com posições permanentes para o i3S, tendo remanescido um valor de €287.302,18 no Ipatimup.

2023 é o último ano em que se registam valores de financiamento institucional para Unidades de I&D, atendendo ao Plano de Transição de atividades de investigação definido entre o i3S e os Institutos Fundadores.

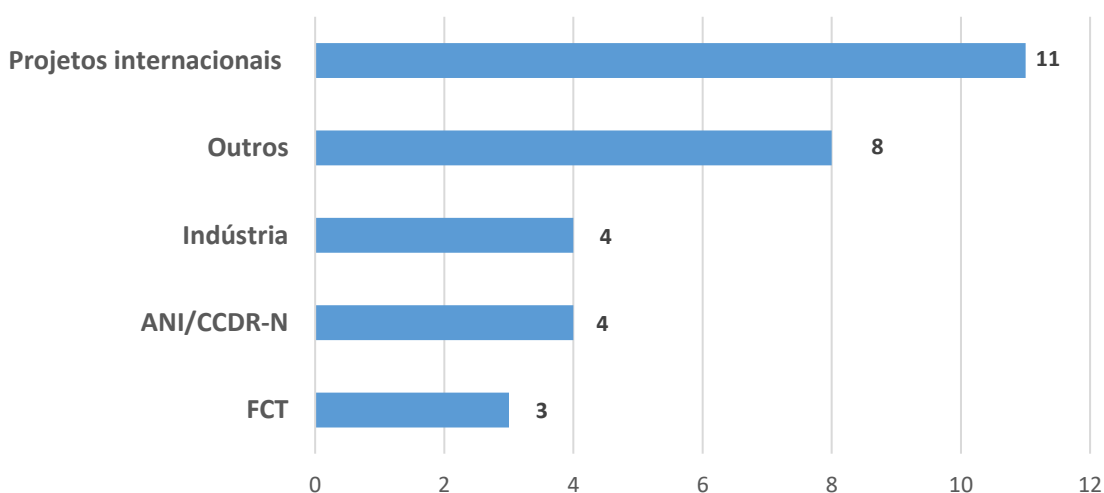
2.2 Receitas Próprias / Prestação de Serviços

As Receitas Próprias referem-se à prestação de serviços de diagnóstico. O valor da faturação proveniente das atividades de diagnóstico aumentou **1.829 mil euros** em relação a 2022, mantendo-se a tendência de aumento sustentado.

Conjugando-se o aumento da atividade de diagnóstico com a diminuição do financiamento para atividades de investigação – quer em termos de financiamento institucional, quer em termos de subsídios para projetos de investigação, conforme ponto seguinte – o Ipatimup apresenta, pela primeira vez, um valor de prestação de serviços superior a 50% (60%).

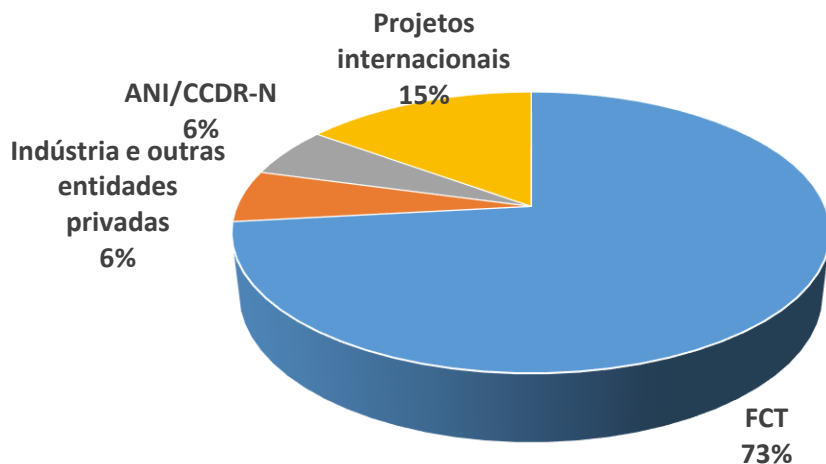
2.3 Financiamento para Projetos de Investigação, Divulgação e Formação

Foi de **30** o número total de projetos em curso em 2023, com financiamento externo, repartidos pelas seguintes entidades financiadoras:



Incluem-se nestes números alguns contratos que, apesar de não poderem ser considerados como projetos de investigação autónomos, contribuíram para a execução de partes dos planos de trabalho, possibilitando a compra de reagentes ou o financiamento de postos de trabalho/bolsas, indispensáveis para a execução das atividades dos grupos de investigação. Este ponto reflete-se no item Indústria/Outros que consta do gráfico

seguinte e que contabiliza **3,3 milhões de euros** de financiamento externo total contratualizado para projetos de investigação.



Financiados pela FCT, mantiveram-se em execução 2 projetos de investigação (o último terminando em 2024) e o projeto P.CCC - Porto Comprehensive Cancer Center Raquel Seruca, cuja execução foi prorrogada até 30 de novembro de 2023. O Ipatimup executou a totalidade do orçamento, tendo adquirido equipamento científico no valor de **3,2 milhões de euros**.

Os projetos internacionais incluem três projetos financiados pela União Europeia e oito projetos financiados por organizações europeias ou americanas, de apoio à investigação em patologias específicas.

Os projetos financiados pela Comissão de Coordenação Regional do Norte (CCDR-N) e pela Agência Nacional de Inovação (ANI) terminaram em 2023 e corresponderam a atividades realizadas no âmbito do i3S. Foram acolhidos pelo Ipatimup pela necessidade de auto-financiamento que os mesmos implicaram, não possuindo o i3S, na fase de arranque, da maturidade de recursos necessários para sustentar a parte não financiada.

O Ipatimup mantém em curso 10 projetos de investigação financiados com fundos próprios e continuará a suportar com financiamento próprio projetos internos de investigação aplicada, que procuram igualmente apoiar os investigadores em casos de dificuldade de assunção de despesas por via de projetos enquadrados em agências nacionais de financiamento, bem como apoiar trabalhos preparatórios/estudos piloto.

2.4 Emprego Científico - Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico CEEC, Individual e Institucional

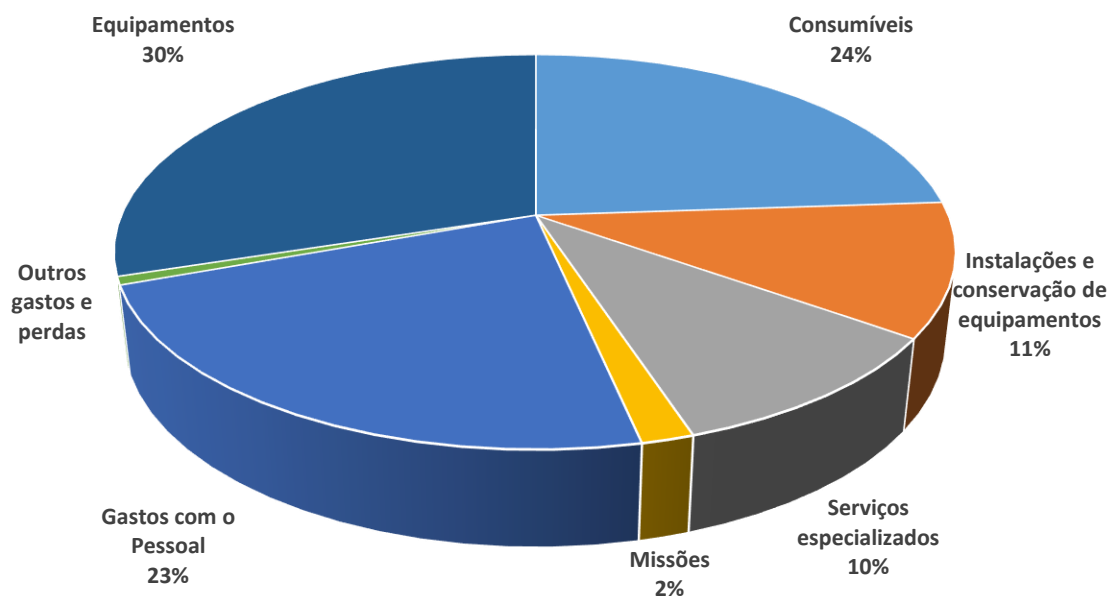
Mantiveram-se em curso 12 contratos de investigador júnior, celebrados no âmbito da Norma Transitória (Decreto-Lei nº 57/2016 de 29 de agosto).

No âmbito do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico, o Ipatimup manteve 9 contratos.

O valor diminuiu em cerca de 200 mil euros face ao ano de 2022, por terem terminado 6 contratos, três por caducidade e três por iniciativa do investigador, na sequência de aprovação de novas posições nas quais o i3S já foi instituição de acolhimento.

3. Pagamentos

Os custos de atividade e as compras de equipamento totalizaram **12,4 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



3.1 Gastos com o Pessoal

Em 2023, o número médio mensal de contratos foi de **80 (123 em 31/12/2022)**. O valor de Gastos com Pessoal diminuiu **1,7 milhões de euros**, em consequência: da passagem de 32 contratos de trabalho por tempo indeterminado para o i3S, através da celebração de acordos de cessão de posição contratual; do término da quase totalidade dos projetos de investigação financiados por agências nacionais, implicando 15 contratos de trabalho; da alteração do número de contratos financiados pelo Emprego Científico da FCT, conforme referido no ponto 2.4.

Durante o ano de 2023, a equipa da atividade de diagnóstico foi reforçada com 3 novos contratos, um dos quais uma Médica Especialista. Contrataram-se 2 técnicos na área da divulgação científica, no âmbito de um projeto europeu e ocupou-se uma posição atribuída no âmbito do CEEC Institucional.

O número de bolsas manteve-se estável e reflete sobretudo a preocupação do Ipatimup em criar condições para a manutenção de estudantes em fase final de elaboração das teses de mestrado e doutoramento. Registaram-se um total de 13 bolseiros pagos diretamente pelo Ipatimup em 31/12/2023 (11 em 31/12/2022).

3.2 Consumíveis

O valor de reagentes e outros consumíveis de laboratório registou um **aumento de 334 mil euros**, devido ao aumento da faturação das atividades de diagnóstico e da plataforma científica GenCore do Ipatimup. No entanto, o peso relativo deste gasto sobre o volume de faturação diminuiu em 5 pontos percentuais.

3.3 Compras de equipamento

O Ipatimup adquiriu, em 2023, **3,7 milhões de euros** em equipamento científico, administrativo e software, dos quais **3,2 mil euros** estão enquadrados no projeto P.CCC. A unidade de diagnóstico atualizou os seus recursos em **470 mil euros**.

3.4 Serviços Especializados

Esta rubrica inclui a subcontratação de serviços científicos/de diagnóstico/administrativos especializados, bem como a colaboração de docentes da Universidade do Porto nas atividades do Ipatimup.

3.5 Instalações e conservação de equipamentos

Os **1,3 milhões de euros** incluem a comparticipação protocolada entre o Ipatimup e o i3S para as despesas gerais de manutenção do edifício, como o consumo de eletricidade, água e outros fluídos.

4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício e evolução previsível

O aumento da atividade de diagnóstico verificado em 2023 tornou evidente a necessidade de remodelação dos espaços de trabalho, com extensão da área de laboratório, cujas obras já iniciaram em 2024. Como solução provisória, optou-se pela compra de contentores, com espaço para áreas de análise, salas de reunião e gabinetes, numa área total de 250m².

O Ipatimup foi, já em 2024, convidado para avançar com a colaboração em diagnóstico histopatológico e molecular com o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira. Procura-se ainda avaliar a forma de operacionalização do Centro Internacional de Investigação do Cancro da Madeira, em parceria com a Universidade da Madeira, o qual tem como missão a promoção de projetos com relevância clínica com impacto na prevenção, no diagnóstico, na terapêutica e reabilitação na área do cancro.

O Ipatimup procurará impulsionar a criação de um Centro de Medicina de Precisão, envolvendo a academia, os hospitais da área do Grande Porto e o IPO. Garantindo-se financiamento para a infraestrutura e equipamento básico, o Ipatimup estará disponível para suportar gastos correntes, recursos humanos e parte da parcela não comparticipada. Com o Centro de Medicina de Precisão, o Ipatimup prosseguirá a sua orientação de serviço à comunidade, procurando que todos os doentes com cancro tenham acesso à análise molecular dos seus tumores e à interpretação e enquadramento clínico-patológico dos resultados, otimizando desta forma os processos de diagnóstico, definição de prognóstico e decisão terapêutica.

Quanto à evolução previsível, importa considerar os riscos que um incremento da concorrência na área de prestação de serviços de diagnóstico possa causar. O setor regista uma tendência para a oferta de preços baixos e para o agrupamento de empresas, potenciando economias de escala que o Ipatimup poderá não conseguir acompanhar. Nesse sentido, a orientação do Ipatimup será sempre a diferenciação pela qualidade e o investimento em tecnologias que permitam baixar custos e tempos de resposta, bem como diversificar a oferta de exames inovadores e de precisão. Para tal, o investimento em investigação aplicada à área clínica será sempre fundamental.

5. Apuramento dos Resultados e proposta de aplicação

O Resultado Líquido do exercício de 2023 foi de **1.460.382,66** euros.

Para este resultado contribuiu fundamentalmente o aumento do valor de serviços prestados de diagnóstico, sem contrapartida do aumento dos custos de operação no mesmo valor, atendendo às práticas de gestão que foram apuradas ao longo dos últimos anos de atividade.

A variação de caixa e seus equivalentes foi negativa em **-966.858,50** euros, explicando-se pelo aumento do volume de operação, do qual resultou um acréscimo do saldo de clientes, em 31/12/2023, de **1.734.278,00**.

A Direção propõe que o Resultado Líquido transite na sua totalidade para a conta “Resultados Transitados”.

Porto, 13 de março de 2024

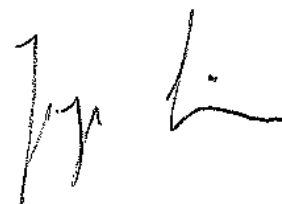
A Direção



Prof. Manuel Sobrinho Simões



Prof. José Carlos Machado



Prof. Jorge Lima

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	6.459.233,66	5.172.732,51
Ativos intangíveis	6	94.545,63	66.432,02
Investimentos financeiros	17	57.979,77	67.736,85
		6.611.759,06	5.306.901,38
Ativo corrente			
Inventários	8	27.843,63	23.506,61
Créditos a Receber	10	4.173.053,35	2.438.775,78
Estado e Outros Entes Públicos	10	648.050,26	931.587,60
Diferimentos	10	78.152,40	63.883,55
Outros ativos correntes	10	2.172.065,01	8.437.771,12
Caixa e depósitos bancários	4	8.945.801,38	9.912.659,88
		16.044.966,03	21.808.184,54
Total do ativo		22.656.725,09	27.115.085,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	10	9.120.334,95	8.500.943,71
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	9.260.951,21	8.464.481,63
		18.381.286,16	16.965.425,34
Resultado líquido do período	10	1.460.382,66	619.391,24
Total dos fundos patrimoniais		19.841.668,82	17.584.816,58
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	510.341,10	1.087.636,87
Estado e outros entes públicos	10	185.764,33	246.298,19
Diferimentos	10	770.035,47	4.197.420,25
Outros passivos correntes	10	1.348.915,37	3.998.914,03
		2.815.056,27	9.530.269,34
Total do passivo		2.815.056,27	9.530.269,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22.656.725,09	27.115.085,92

Valores em Euros

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2022

DESCRIÇÃO	NO TAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1				7 532 646,93		6 411 176,45	968 296,78	14 912 120,16		14 912 120,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-	-		-
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					968 296,78	2 053 305,18	- 968 296,78	2 053 305,18			2 053 305,18
	2				968 296,78	2 053 305,18	- 968 296,78	2 053 305,18			2 053 305,18
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							619 391,24	619 391,24		619 391,24
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							- 348 905,54	2 672 696,42		2 672 696,42
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações	5										-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6=1+2+3+5				8 500 943,71	8 464 481,63	619 391,24	17 584 816,58			17 584 816,58

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2023

DESCRIÇÃO	NO TAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6				8 500 943,71	-	8 464 481,63	619 391,24	17 584 816,58		17 584 816,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					619 391,24	796 469,58	- 619 391,24	796 469,58			796 469,58
	7				619 391,24	-	796 469,58	- 619 391,24	796 469,58		796 469,58
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							1 460 382,66	1 460 382,66		1 460 382,66
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							840 991,42	2 256 852,24		2 256 852,24
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações	10										-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6+7+8+10				9 120 334,95	-	9 260 951,21	1 460 382,66	19 841 668,82		19 841 668,82

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	11	7.846.421,22	6.017.014,03
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2.463.249,39	4.222.798,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-2.957.265,07	-2.623.449,04
Fornecimentos e serviços externos	12	-2.813.691,39	-2.298.478,79
Gastos com o pessoal	13	-2.816.774,70	-4.515.584,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-1.761,25	-148,75
Aumentos/reduções de justo valor	17	-128,77	-224,40
Outros rendimentos	14	2.283.217,66	939.495,19
Outros gastos	15	-220.985,57	-141.255,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.782.281,52	1.600.166,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-2.385.070,43	-990.397,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.397.211,09	609.768,92
Juros e rendimentos similares obtidos	11/16	63.171,71	13.632,02
Juros e gastos similares suportados	16	-0,14	-4.009,70
Resultado antes de impostos		1.460.382,66	619.391,24
Resultado líquido do período		1.460.382,66	619.391,24

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	Valores em Euros	
		PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimento de Clientes e Utentes		6.110.382,40	5.857.924,16
Pagamentos de bolsas		-136.648,77	-168.368,42
Pagamento a fornecedores		-6.134.545,72	-4.714.846,76
Pagamentos ao pessoal		-2.751.237,62	-4.340.899,59
Caixa gerada pelas operações		-2.912.049,91	-3.366.190,61
Outros recebimentos/pagamentos		5.468.869,06	1.789.416,85
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.556.819,15	-1.576.773,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-6.029.604,13	-1.431.500,23
Ativos intangíveis		-60.641,02	-28.755,24
Investimentos Financeiros		-4.055,40	-5.234,18
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		13.683,71	
Subsídios ao investimento		2.534.923,87	2.790.326,61
Juros e rendimentos similares		19.773,21	8.648,63
Dividendos		242,25	242,25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-3.525.677,51	1.335.727,84
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2.000,00	9.311,19
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-0,14	-4.009,70
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.999,86	5.301,49
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		-966.858,50	-235.744,43
EFEITO DAS DIFERENÇAS CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO PERÍODO	4	9.912.659,88	10.148.404,31
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM PERÍODO	4	8.945.801,38	9.912.659,88

O Contabilista Certificado,
José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

ANEXO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto **IPATIMUP**, contribuinte nº. **502 246 308**, com sede na Rua Júlio Amaral de Carvalho, 45 no Porto - é uma associação privada sem fins lucrativos de utilidade pública, fundada em 1989 sob a égide da Universidade do Porto.

O IPATIMUP tem por objetivos compreender as causas e a evolução das doenças oncológicas humanas de forma a:

- Avançar no diagnóstico precoce;
- Maximizar a eficiência do tratamento;
- Melhorar a qualidade de vida dos doentes;
- Diminuir a incidência de cancro na população.

As vertentes de atividade do IPATIMUP são:

- Investigar em Oncologia, procurando otimizar as interações de diversos domínios científicos (Medicina, Biologia, Genética, Farmácia, Biofísica);
- Desenvolver Recursos Humanos especializados em Oncologia e Oncobiologia;
- Divulgar a Ciência, contribuindo para o aumento da cultura científica da população;
- Prestar serviços diagnósticos e de consultadoria.

Os Associados Efetivos do IPATIMUP são: Câmara Municipal do Porto, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte, Cruz Vermelha Portuguesa, Europacolón Portugal-Associação de Apoio ao Doente com Cancro Digestivo, Evita – Associação de Apoio a Portadores de Alterações nos Genes Relacionados com Cancro Hereditário, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Fundação BIAL, Health Cluster Portugal, Irmandade dos Clérigos, Pulmonale – Associação Portuguesa de Luta Contra o Cancro do Pulmão, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, Fundação Rui Osório de Castro e Universidade do Porto.

Os Associados Aderentes são: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Centro Hospitalar Universitário de São João e Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil.

O IPATIMUP foi um dos quatro primeiros Laboratórios Associados criado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior em 2000, e está instalado num edifício no Polo 2 (Asprela) da Universidade do Porto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL)

Foi alterada a política de contabilização dos subsídios relacionados com ativos e dos subsídios à exploração e não foi feito o comparativo, tendo em conta o momento da sua atribuição.

Desde 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o IPATIMUP elaborou e aprovou, demonstrações financeiras de acordo com o SNC, conforme legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2012, a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), não havendo no entanto lugar a quaisquer ajustamentos, nem foi afetada a comparabilidade dos exercícios.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à data da transação, desde que as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Ipatimup.

3.3 - Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4 – Subsídios e outros apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que o IPATIMUP irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.5- Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, encontram-se registados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para funcionarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.6 - Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.7 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o IPATIMUP tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e utentes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.10 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o decurso do ano de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, decorrentes da adoção do ESNL ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.11 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários e aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis e detalha-se como segue:

FLUXOS CAIXA		31.12.2023		31.12.2022	
		Quantias disponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.050	2.050	2.055	2.055
	Subtotais	2.050	2.050	2.055	2.055
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.251.966	1.251.966	7.267.788	7.267.788
	Depósitos a Prazo	7.691.785	7.691.785	2.642.817	2.642.817
	Outros depósitos bancários				
	Subtotais	8.943.751	8.943.751	9.910.605	9.910.605
	Aplicações de Tesouraria				
Totais		8.945.801	8.945.801	9.912.660	9.912.660

5. PARTES RELACIONADAS

O IPATIMUP está incluído no perímetro de consolidação de contas da UNIVERSIDADE DO PORTO, cujo detalhe dessas operações e os saldos pendentes em Balanço, são como se segue:

Partes Relacionadas	2023	2022
Ativos	479.868	558.473
Passivos	0	0
Gastos	127.000	121.500
Rendimentos	61.865	721.058

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis: quantias brutas escrituradas	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Activos		
Saldo Inicial		625.905	24.347	10.230		660.482
Adições		60.641				60.641
Revalorizações						
Transferências						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Saldo Final		686.546	24.347	10.230		721.123

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis: amortizações	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Activos		
Saldo Inicial		582.150	5.134	6.766		594.050
Reforços		32.528				32.528
Reversões						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Outros						
Saldo Final		614.678	5.134	6.766		626.578

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Estão contabilizadas obras em Edifícios Alheios (ampliação do CIBO), no montante de 1.866.826,99.

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	667	1.922.302	11.571.086	889	1.925.022	559.139	15.979.850
Adições			3.559.384		79.361	44	3.638.789
Revalorizações							
Transferências							
Alienações							
Sinistros							
Abates							
Em Curso							
Saldo Final	667	1.922.302	15.131.215	889	2.004.383	559.183	19.618.639

Activos fixos tangíveis: depreciações	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	534	667.474	7.852.029	889	1.776.167	510.025	10.807.118
Reforços	66	38.446	2.226.053		75.855	12.123	2.352.543
Reversões							
Transferências							
Alienações							
Abates							
Outros		1.110	-1.366				-256
Saldo Final	600	707.030	10.076.716	889	1.852.022	522.148	13.159.405

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhado conforme segue:

CMVMC		Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	TOTAIS
Em 31.12.2023	Existência Inicial	23.507	23.507
	Compras	2.961.602	2.961.602
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	27.844	27.844
	CMVMC	2.957.265	2.957.265
Em 31.12.2022	Existência Inicial	31.937	31.937
	Compras	2.615.019	2.615.019
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	23.507	23.507
	CMVMC	2.623.449	2.623.449

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

No que se refere aos subsídios relacionados com ativos, os valores recebidos são reconhecidos como réditos à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como réditos, na medida em que o gasto é realizado.

O montante dos subsídios concedidos, reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhado conforme segue:

Relação dos subsídios obtidos			Quantias Concedidas	
			2023	2022
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Estado e Outros Entes Públicos	2.520.655	2.788.886
		Outras Entidades	14.269	1.441
		Subtotais	2.534.924	2.790.327
	Subsídios à exploração	Estado e Outros Entes Públicos	1.258.705	3.743.459
		Outras Entidades	1.204.544	479.340
		Subtotais	2.463.249	4.222.799
Totais			4.998.173	7.013.126

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CRÉDITOS A RECEBER						
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Clientes e Utentes	4.172.968	2.438.755			4.172.968	2.438.755
Clientes Cob. Duvidosa	1.995	170	1.761	149	85	21
Totais	4.174.963	2.438.925	1.761	149	4.173.053	2.438.776

	OUTROS ATIVOS CORRENTES	
	2023	2022
Fornecedores (Saldos contrários)	1.397	2.112
Adiantamentos e outras operações c/ pessoal	494	19
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		3.014
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	49.577	6.421
Subsídios a receber		
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros devedores	2.120.597	8.426.205
Totais	2.172.065	8.437.771

	FORNECEDORES	
	2023	2022
Fornecedores, conta corrente	510.341	1.087.637
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, faturas em receção e confirmação		
Totais	510.341	1.087.637

Relatório e Contas 2023

	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	
	2023	2022
Finanças	-510.634	-796.373
Segurança Social e Fundo de Compensação	48.348	111.083
Totais	-462.286	-685.290
Saldos Devedores		
Retenção Imposto sobre o Rendimento		
Iva a Recuperar/Restituir	648.050	931.588
Restantes impostos		
Totais	648.050	931.588
Saldos Credores		
Corrente		
Retenção Imposto sobre o Rendimento	31.272	63.884
Iva a pagar	106.144	71.331
Contribuições para a Segurança Social	48.348	86.373
Outras Tributaçãoes (Fundo de Compensação)		24.710
Totais	185.764	246.298

	DIFERIMENTOS	
	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.000	
Outros gastos diferidos	75.152	63.883
Totais	78.152	63.883
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	770.035	4.197.420
Outros rendimentos		
Totais	770.035	4.197.420

Relatório e Contas 2023

	OUTROS PASSIVOS CORRENTES	
	2023	2022
Não correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Totais	0	0
Correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		2.393.830
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar	346.514	421.151
Outros acréscimos de gastos	628.267	322.034
Outros Credores	374.134	861.899
Totais	1.348.915	3.998.914

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos				
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	8.500.944	619.391		9.120.335
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.464.482	2.543.897	1.747.428	9.260.951
Resultado líquido do período	619.391	1.460.383	619.391	1.460.383
Totais	17.584.817	4.623.671	2.366.819	19.841.669

11. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 os réditos apresentavam a seguinte composição:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2023	2022
	Réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período
Venda de bens		
Prestação de serviços	7.846.421	6.017.014
Juros	63.172	13.390
Royalties	56.539	52.954
Dividendos	242	242
Totais	7.966.374	6.083.600

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2023	2022
Subcontratos	911.683	648.710
Serviços Especializados:	760.293	762.120
Trabalhos Especializados	166.979	207.683
Publicidade e Propaganda	1.195	747
Vigilância e Segurança		17.220
Honorários	171.896	166.935
Conservação e Reparação	414.657	363.300
Outros Serviços Especializados	5.566	6.235
Materiais	121.616	126.564
Energia e fluídos	624.528	320.487
Deslocações, Estadas e Transportes	210.602	263.068
Serviços Diversos:	184.969	177.530
Rendas e Alugueres	2.905	8.749
Comunicação	9.249	9.518
Seguros	14.435	6.399
Contencioso e Notariado	85	1.459
Limpeza, higiene e conforto	17.109	75.302
Outros Serviços	141.186	76.103
Totais	2.813.691	2.298.479

13. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 detalha-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	2023	2022
Remunerações do Pessoal	2.131.140	3.471.922
Encargos sobre Remunerações	464.812	771.431
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	10.617	17.958
Outros gastos com Pessoal	210.206	254.274
Totais	2.816.775	4.515.585

O número médio de pessoas ao serviço em 31 de dezembro de 2022 era de **123** e em 31 de dezembro de 2023 de **80**.

14. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

Outros Rendimentos	2023	2022
Rendimentos Suplementares	69.739	52.954
Rendimentos e Ganhos em Inv. Financ.	110	90
Outros rendimentos e Ganhos:		
Correções relativas a exercícios anteriores	42.834	59.954
Imputação de subsídios para Investimentos	1.747.429	721.800
Outros	423.106	104.697
Totais	2.283.218	939.495

15. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

Outros Gastos	2023	2022
Impostos	21.835	3.656
Outros Gastos:		
Correções relativas a exercícios anteriores	137.501	130.281
Quotizações	8.206	6.479
Outros	53.444	840
Totais	220.986	141.256

16. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2023	2022
Juros Obtidos	62.930	13.390
Outros	242	242
Totais	63.172	13.632

Juros e Gastos Similares Suportados	2023	2022
Juros Suportados	0	4.010
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros		
Totais	0	4.010

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

	Entidade	2023			2022		
		Valor Nominal	Aum/Red.	Valor Contabilístico	Valor Nominal	Aum/Red.	Valor Contabilístico
Investimentos Financeiros							
Acções	CIMPOR	205		205	205		205
Acções	EDP	5.937	-129	5.808	6.161	-224	5.937
Outras Participações	I3S	5	5	10		5	5
Outros Inv. Financeiros (FCT-Fundo Comp. Trab.)	FUNDO COMPENSAÇÃO	61.590	-9.633	51.957	56.361	5.229	61.590
Totais		67.737	-9.758	57.980	62.727	5.010	67.737

18. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2023 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a esta data.

19. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 4 de Março de 2024.

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes - CC 7484

A Direcção,

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2023 (que evidencia um total de 22.656.725 euros e um total de fundos patrimoniais de 19.841.669 euros, incluindo um resultado líquido de 1.460.383 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;





- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,





modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2024

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda
Representada por:



Helder Manuel Martins Pereira

Registado sob os n.ºs 1222 na OROC e 20160833 na CMVM

